

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO IPTU

Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Araras

Eu, _____, CPF _____,

residente e domiciliado (a) na Rua/Av. _____ nº

_____ bairro _____, RC _____, na

cidade de Araras, estado de São Paulo, estado civil: _____ telefone

_____ e e-mail _____ DECLARO que:

- Recebo proventos de aposentadoria;
- Recebo pensão previdenciária;
- Recebo aposentadoria por invalidez;
- Recebo amparo social ao idoso ou benefício de prestação continuada (BPC/LOAS);
- Posso laudo oficial de um médico perito da União, Estado ou Município que comprova minha incapacidade para o trabalho;

e meu Cônjuge/Companheiro(a), _____,

CPF nº _____, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço, DECLARA que:

- Recebe proventos de aposentadoria;
- Recebe pensão previdenciária;
- Recebe aposentadoria por invalidez;
- Recebe amparo social ao idoso ou benefício de prestação continuada (BPC/LOAS);
- Possui laudo oficial de um médico perito da União, Estado ou Município que comprova minha incapacidade para o trabalho;
- Não recebe nenhuma renda, seja por emprego, prestação de serviços ou outra fonte de remuneração.

DECLARO ser proprietário de um **ÚNICO IMÓVEL**, acima referido, e que nele resido.

DECLARO ainda, que o imóvel **NÃO É** objeto de **USUFRUTO** ou **PROCESSO SUCESSÓRIO**.

Dessa forma, solicito a isenção do IPTU/2026 do referido imóvel, com base no art. 171, IV, da Lei Municipal nº 3.362, de 27 de dezembro de 2001.

Estou ciente de que documentos e informações complementares poderão ser solicitados pelo telefone informado acima e que o não atendimento desta solicitação dentro do prazo estipulado poderá resultar no **INDEFERIMENTO** do pedido.

Araras, _____ de _____ de 2026

Assinatura do(a) requerente

Assinatura do(a) Cônjuge/Companheiro(a)

OBSERVAÇÃO DO ATENDENTE: _____

CÓDIGO PENAL - Falsidade ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.